

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO ESCOLAR

SILVA, Raquel Dias da
PALOMA, Michely Isber Ruiz

RESUMO

O presente artigo objetiva incitar uma reflexão sobre a importância da formação do professor acerca das dificuldades de aprendizagem. A dinâmica do processo ensino-aprendizagem no ambiente escolar permite ao professor uma maior percepção do desenvolvimento cognitivo, social e psicoemocional do aprendente e também de determinados fatores que possam obstaculizar sua aprendizagem. Isso torna o professor uma importante fonte de informação para a elaboração de diagnósticos e intervenções relativos às dificuldades de aprendizagem, colaborando para a otimização do processo educativo. As ações metodológicas para a elaboração desse artigo obedeceram a proposta de uma pesquisa bibliográfica de natureza pura e exploratória. Utilizou-se como fontes bibliográficas, monografias, dissertações e artigos científicos em revistas garimpados em plataformas digitais específicas. Embora, em termos de legislação, verifica-se muitas conquistas e avanços acerca da inclusão, no ambiente escolar onde as relações interpessoais tornam os direitos legais legítimos, ainda há muito a se conquistar, pois a inclusão se faz principalmente pela valorização do humano. Essa pesquisa permitiu concluir que o professor pouco conhece sobre transtornos e dificuldades de aprendizagem, sente-se impotente diante dessa problemática e necessita de formação e da colaboração de outros profissionais conhecedores do assunto para que sua prática pedagógica seja efetiva e condizente com uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação de professor. Dificuldades de aprendizagem. Diagnóstico Psicopedagógico. Transtornos de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O aluno que no passado era o único responsável por seu fracasso escolar, hoje divide essa responsabilidade com o professor, porém os avanços da neurociência e outras áreas de conhecimento que procuram entender como o ser humano aprende, não permitem mais que a responsabilidade do processo ensino-aprendizagem se concentre nas figuras do aluno e do professor. É necessário que todos: governos, sociedade, escola, família, professores e estudantes, assumam suas parcelas de responsabilidades com vistas à aquisição, à produção do

conhecimento e a garantia de uma educação de qualidade para todos. Sobre a responsabilidade da escola, Almeida (2014, p.20) versa que:

Têm-se como objetivos falar da importância do trabalho psicopedagógico; apontar as dificuldades de aprendizagem existentes; pesquisar sobre o sujeito complexo e analisar as diferentes formas de atuação das instituições escolares diante desse sujeito.

De fato, é função das instituições escolares trabalharem de forma a garantir o desenvolvimento do sujeito, mas para que isso ocorra os professores devem estar preparados para atuar de forma efetiva diante das dificuldades de aprendizagem uma vez que, juntamente com o estudante, protagoniza o processo de socialização do conhecimento. O professor, trabalhando em consonância com a escola e a família, consegue resolver as dificuldades de causas exógenas, como assiduidade, pontualidade ou problemas emocionais, mas as causas oriundas de fatores endógenos, como os transtornos neurobiológicos, demandam formação específica. Silva (2020, p. 2) afirma que “no Brasil, 7.6% dos estudantes investigados, de 6 a 17 anos, apresentaram sintomas de TDAH, demonstrando maior índice de repetição de ano.” Porém nem todos os acometidos por este transtorno são diagnosticados na idade escolar quando normalmente os sintomas são mais evidentes. Esse fato pode estar relacionado com a falta de conhecimento do professor em relação aos fatores que dificultam a aprendizagem.

Diante do fato, o questionamento que merece a reflexão proposta nessa pesquisa é: Investir na formação do professor acerca do conhecimento sobre as dificuldades e os transtornos de aprendizagem, ajudaria no diagnóstico psicopedagógico e na melhoria do processo ensino-aprendizagem em favor da inclusão escolar?

Os professores são as pessoas que participam mais intensamente da educação institucional do sujeito, portanto, tem uma boa percepção sobre seu desenvolvimento cognitivo, suas limitações e potencialidades. Assim, não surpreende o fato de que muitos dos transtornos e potencialidades diagnosticados tenham partido da observação de um professor.

Portela (2019, p. 4) diz que “O caminho na prática psicopedagógica reside na oferta de possibilidades de descobrir a criança e suas potencialidades, seu momento histórico e seus contextos de relações sócio-histórico-culturais”. Essas ofertas de

possibilidades de descobertas podem partir do docente que detém muitas informações sobre o educando.

A justificativa desse trabalho de revisão bibliográfica está pautada na relevância da participação do professor na educação do estudante e, numa visão alongada sobre o significado de educar, participa do desenvolvimento cognitivo, social e psicoemocional do sujeito.

O objetivo geral dessa pesquisa é versar sobre a importância da formação do professor para o processo de diagnóstico das dificuldades de aprendizagem em favor da inclusão escolar. Como objetivos específicos discutiremos sobre as responsabilidades, os conhecimentos e as dificuldades em ensinar quando o fazer pedagógico do docente exige ações diferenciadas e específicas diante das dificuldades de aprendizagem.

As ações metodológicas que nortearam o desenvolvimento desse trabalho obedeceram a proposta de uma pesquisa bibliográfica de natureza pura e exploratória. Utilizou-se como fontes bibliográficas, monografias, dissertações e artigos científicos em revistas garimpados em plataformas digitais específicas.

O PROFESSOR FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Responsabilidades e competências.

Nesse artigo, usa-se o termo inclusão para todo aprendente que necessita de acompanhamento diferenciado em prol de seu desenvolvimento, assim como diz Mittler (2003 *apud* CARVALHO, 2015, p. 11) referindo-se ao termo, “isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”.

Várias são as causas do fracasso escolar vivido pela educação brasileira, porém a mais apontada é a que responsabiliza os seus principais atores: professor e aluno. Não há equívoco em relacioná-los ao fracasso, equivocada é a abordagem, o enfoque dado a problemática. Portela (2019, p. 19) afirma que a psicopedagogia surgiu no Brasil na década de 1980 com a proposta de auxiliar as atividades escolares de forma preventiva, gerando bons resultados. Em 2021 poucas são as escolas públicas e privadas que apresentam um psicopedagogo atuante, e as

dificuldades de aprendizagem persistem e marginalizam crianças e adolescentes. Não há, diante da gama de fatores capazes de obstaculizar o processo ensino-aprendizagem, uma formação efetiva para professores sobre altas habilidades, dificuldades, distúrbios ou transtornos de aprendizagem que possa auxiliá-los em sua jornada laboral.

Cruz (2013 *apud* SANTOS, 2019, p. 214) afirma que:

Se pais, professores e a escola obterem conhecimento sobre as dificuldades de aprendizagem escolar, sem dúvida, isso seria um passo significativo para favorecer a criança no seu processo de ensino e aprendizagem. Pois, há casos em que as dificuldades de aprendizagem escolar requerem uma intervenção especializada e não apenas reforço. O que pode frustrar ainda mais a criança que está com as habilidades comprometidas, por apresentar uma defasagem na aprendizagem esperada em relação ao sua idade cronológica e ano escolar.

O conhecimento do professor acerca das dificuldades e dos transtornos de aprendizagem pode resultar na adequação de estratégias e metodologias em sua prática com vistas não apenas na melhoria do desenvolvimento cognitivo, mas às questões emocionais que essas dificuldades trazem consigo.

O fazer pedagógico que objetiva efetivamente o desenvolvimento do sujeito demanda diálogo, troca de informações e de experiências por parte do sistema e dos atores do processo ensino-aprendizagem. A aliança entre, psicopedagogo, escola, professores e família permite perceber e entender mais claramente os fatores que dificultam o desenvolvimento do aprendente e estabelecer estratégias que promovam a aprendizagem. O professor detém informações valiosas que facilitariam o diagnóstico psicopedagógico, mas, sem orientação não sabe exatamente como colaborar com seu aluno, a quem recorrer, e principalmente como resolver essa problemática. Em pesquisa realizada com professores para averiguar seus conhecimentos acerca de distúrbios e dificuldades de aprendizagem Carvalho (2007, p. 236) concluiu que:

Os resultados apontam que há um desconhecimento do professor quanto ao assunto distúrbio e dificuldade de aprendizagem e, as responsabilidades do fracasso escolar recaem sobre os agentes do processo: professor e aluno, por um lado às práticas pouco adequadas e, por outro, o esforço insuficiente para alcançar o sucesso: aprender e passar de ano. Por esse motivo, é importante, ao professor, a busca do conhecimento e repensar suas práticas pedagógicas.

Sim, cabe ao professor repensar sua prática pedagógica e nada mudará se não tiver conhecimento e ferramentas que o auxilie na construção de novos caminhos. Pais, alunos e gestores escolares querem uma atuação mais efetiva, uso de tecnologias ou metodologias diversificadas que possam solucionar o problema das dificuldades, mas a questão é o que se consegue atingir com tais metodologias. Se não se conhece a raiz do problema, a verdadeira causa da dificuldade, qualquer ação se tornará ineficaz. Portanto, essa cobrança feita ao professor, que muitas vezes desconhece a riqueza de possibilidades oferecidas por tais tecnologias e a diferença entre dificuldades e distúrbios de aprendizagem, pois sua formação não caminha junto com as mudanças sociais, tecnológicas e pesquisas científicas, torna-se inoperante.

Outro fator gritante são as condições de trabalho desfavoráveis que mantêm o docente sobrecarregado e não oferecem meios para que possa atender de forma individual ao grande número de alunos que assiste. São turmas numerosas e heterogêneas com muitas crianças ou adolescentes que necessitam de atenção especial, metodologia diferenciada e principalmente que o professor possa tornar o conhecimento acessível a tantas formas peculiares de aprender, o que demanda formação e tempo para planejar. Mesmo conhecendo as causas da dificuldade de seus alunos, diante do quadro social em que esse profissional da educação se encontra, pouco poderá fazer. Corroborando com essas palavras Pantaleão (2017, p. 52) diz que:

Em geral, encontramos sempre, na figura do professor, o artista ideal para exercer o papel do vilão dessa história, principalmente quando nos deparamos com profissionais massacrados por um capitalismo instalado, que sabota o nosso direito de sonhar profissionalidade com mais dignidade, pois cada vez mais se exige o cumprimento de jornadas de trabalho excessivas, com salários nem sempre suficientes para sobreviver, quanto mais para se tornar um professor reflexivo de sua própria prática.

A reflexão do professor sobre sua prática é importante, mas não suficiente. É necessário a compreensão da relevância da formação e valorização do professor para a promoção de mudanças no processo educativo. Embora, em relação à legislação, a perspectiva de formação do docente para a educação inclusiva e equânime tenha ganhado atenção nos últimos anos, no ambiente escolar ainda não se observa seus efeitos expressivos e há muito a ser discutido numa perspectiva de

valorização e do acolhimento humano. Quando se fala aqui em educação inclusiva, considera-se o acolhimento do sujeito no aspecto biológico, cognitivo, afetivo, abarcando também questões sociais, étnicas, culturais, de gênero e outros aspectos que possam impactar o processo de aprendizagem.

Todo o corpo pedagógico de uma escola deve estar preparado para atender as necessidades de seus educandos, seja ela qual for. Isso demanda muita atenção a fatores fundamentais no processo ensino-aprendizagem, como adequação metodológica, estudo acerca de como ocorre a aquisição do conhecimento e consequente processo ensino-aprendizagem e como é a relação interpessoal no âmbito escolar, principalmente aluno/professor. Mas é essencial também o entendimento da visão de todo o contingente escolar acerca do processo de inclusão e aceitação da diversidade, pois a inclusão implica não em agregar a pessoa em um grupo, mas desenvolver nessa pessoa o sentimento de pertencimento. Então, é preciso conhecer o sujeito a quem assiste e envolver-se com ele.

Segundo Skinner (2003 apud PINHEIRO, 2018, p.114),

o conhecimento do fator genético possibilita que façamos melhor uso de suas causas, uma vez que ao saber de alguma limitação inerente ao indivíduo torna-se possível pensar em técnicas de controle para tal limitação.

Assim, ter conhecimento acerca das necessidades educacionais não apenas as de ordem exógenas, mas as de ordem genética e neurobiológicas como o TDAH, muito frequente no ambiente escolar e fonte de sofrimento para muitas pessoas, pode favorecer a aprendizagem a partir de uma metodologia dirigida.

O professor tem grande parcela de responsabilidade na formação do estudante. Responsabilidade de transmitir o conhecimento necessário para que o aprendente possa utilizá-lo e transformá-lo em saberes capazes de promover não apenas seu desenvolvimento, mas de toda sociedade. E com as mudanças ocorridas na sociedade vigente, responsabiliza-se mais intensamente por transmitir os valores éticos e morais nem sempre presentes no seio familiar.

Mas essa reponsabilidade encontra-se atrelada a de outros agentes promotores de transformações. Então, o que fizeram e fazem as políticas governamentais, a sociedade e as instituições educacionais brasileiras em prol da inclusão escolar?

A partir de 1990 após muita luta, em especial de pais de crianças com necessidades educacionais especiais, muitas conquistas aconteceram em favor não só dessas crianças mais de todo indivíduo que se encontra, de certa forma, excluído por razões sociais, econômicas, culturais, raciais entre outros fatores. Assim como versa Dias (2015, p. 453):

Com a proposta da educação inclusiva, amplia-se a população a ser incluída na escola, uma vez que, diferentemente da educação especial, esta modalidade de educação diz respeito a todos aqueles tradicionalmente dela excluídos. Assim, a educação inclusiva também se refere às crianças e adolescentes pobres, negros, indígenas, imigrantes, em conflito com a lei, dentre outros.

A prerrogativa de uma educação acessível e equânime está registrada em leis, decretos e diretrizes. O art. 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a todos o direito à educação, assegura o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano. Mais especificamente, sobre a inclusão escolar, podemos mencionar o art. 8, lei n. 7.853/89 que assegura o ingresso da pessoa com necessidades especiais à qualquer instituição de ensino. Isso possibilita a socialização, mas a inclusão vai além da garantia de coexistir no mesmo espaço físico. Garantia de inclusão perpassa pelo sentimento de pertencimento.

A existência da legislação é fundamental para assegurar a igualdade de direitos, mas no caso da inclusão escolar e social nem sempre as leis garantem que tal direito dará aos cidadãos o sentimento de pertencimento, de estar incluído. A necessidade de valores éticos e morais, o respeito ao outro, a empatia, a afetividade e o sentimento de valorização do ser humano são também elementos fundamentais para a garantia de tais direitos, mas são também muito dependentes da subjetividade humana.

O aprendente também tem responsabilidade em seu processo de aprendizagem. Muito se fala sobre motivação, mas na maioria das vezes para cobrar do professor atividades motivacionais. Atividades que estimulem os alunos a interessarem pelo processo de aprendizagem. Mas a motivação pode ter origem interna, vontade própria e emergente do indivíduo. O que o estudante almeja é essencial para estímulo e desenvolvimento da aprendizagem. Falamos então de motivação intrínseca e extrínseca. Criança, estudantes do ensino fundamental I e II,

ainda não têm maturidade suficiente para decidir seu futuro acadêmico, então cabe aos pais e professores motivá-los para a aquisição do conhecimento. Porém, jovens e adultos, imbuídos do propósito de construção de um espaço social, precisam e são impulsionados também por uma motivação interna ou intrínseca. Em relação à aprendizagem e a motivação Sousa (2017, p. 327) diz:

O envolvimento e a persistência nas tarefas escolares são essenciais e mostram adequadamente esta característica da motivação relacionada à iniciação e à sustentação de um comportamento³³. O envolvimento também possibilita a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, o que atinge a motivação, aumentando o valor da atividade no futuro. Além disso, alunos motivados demonstram interesse pelas tarefas e geralmente trabalham com mais vontade.

Uma das atribuições do professor é desenvolver atividades diversificadas que tornam as aulas mais atraentes e despertem o interesse dos estudantes, mas a motivação não é de total responsabilidade do professor. Para que haja sucesso no processo ensino-aprendizagem a atuação dinâmica e o entusiasmo do professor é tão importante quanto o interesse e a pró-atividade do estudante.

Assim, a implementação da inclusão escolar e a garantia de uma educação equânime, é da competência e responsabilidade de todos: professores, famílias, escola, políticas públicas, comunidades em geral. É também uma questão histórico-cultural.

A VISÃO DO PROFESSOR ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Em pesquisa realizada com professoras de escolas de ensino fundamental da rede municipal, estadual e privada, Dias (2015, p. 454), constatou que dentre os diversos fatores descritos pelas professoras como importantes na implementação de uma educação inclusiva, destacam-se: formação continuada, atitude favorável em relação à educação inclusiva e a adoção de um material teórico que norteie sua prática pedagógica. Percebe-se que, a informação e o conhecimento sobre como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais facilitariam a elaboração de estratégias mais assertivas em prol da aquisição do conhecimento por esses alunos. Os professores necessitam e solicitam suporte para trabalharem nesse sentido. Outros fatores de alta relevância citados pelas professoras foram a

afetividade e a necessidade de troca de experiência, discussão e reflexão sobre o assunto.

Segundo Artioli (2006 MONTEIRO; MANZINI 2008 apud Pinheiro 2018, p 116)

Na visão de alguns professores, há dificuldades em adotar uma prática inclusiva adequada ao aluno com deficiência matriculado na sala de aula regular. Dentre algumas das dificuldades, na visão do professor, estão: falta de preparo sentido pelo mesmo, dificuldades com as adaptações curriculares, medos em relação ao comportamento do aluno em sala de aula; e ainda medos em relação à exclusão ou preconceitos.

Mitos e inverdades ainda permeiam o ambiente escolar gerando insegurança, medos e incertezas. Por não saber como agir no sentido de explorar a capacidade e o desenvolvimento de estudantes com deficiência física ou transtornos como DTAH ou autismo de diferentes graus, o professor muitas vezes preocupa-se em desenvolver alguma atividade a fim de atribuir uma nota que respalde a aprovação do estudante, pois a reprovação poderá desagradar pais e gerar conflitos. Há também a grande preocupação em não criar situações constrangedoras para esses alunos. Isso de certa forma gera estresse e instabiliza as relações. De um lado os pais exigindo um tratamento diferenciado, porém equânime, do outro, professores sem saber como fazê-lo. Entre eles, um ser humano que necessita de compreensão para legitimar sua vivência social, cognitiva e psicoemocional que o ambiente escolar deveria proporcionar. É fato que professores, muitas vezes sem saber a quem recorrer, vivem a angústia causada pelo sentimento de impotência em resolver questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem. Em relação a isso, Júnior (2011, p. 381) diz:

Nota-se que a sensação de insegurança vivenciada pelos profissionais no trato com pessoas que apresentam características diferenciadas deve levar a uma preocupação relevante por parte das instituições, privadas e governamentais, no sentido de aumentar a rede de suporte efetivo (informacional, emocional e de recursos físicos) para o trabalho.

Professores engajados com a missão de educar sentem a dor da impotência, a insegurança em trabalhar e clamam por suporte que ampare uma prática pedagógica efetiva na jornada laboral. Não é raro ouvir o reclame de professores sobre a responsabilidade de assistirem a alunos com transtornos de aprendizagem para a qual não foram formados. Por trás da aparente rejeição há implícito um pedido de socorro em relação à informações e auxílio na elaboração de metodologias específicas e eficientes.

Carvalho (2015, p. 16) argumenta que “A formação continuada de professores caracteriza-se como um dos principais componentes para um diferencial na qualidade do ensino-aprendizagem relacionado à inclusão.” Assim, há necessidade de atender aos anseios dos professores não apenas para libertá-los da angústia da impotência ou em prol de um ensino de qualidade para todos, mas por uma questão de humanização.

Silva (2015, p. 65) em conclusão à sua pesquisa sobre a colaboração da neurociência à formação de professores, em relação a transtornos e dificuldades de aprendizagem, revela que 100% dos professores e psicopedagogos entrevistados afirmam que as contribuições da neurociência para a formação do docente, são bases fundamentais para a educação inclusiva.

A neurociência se preocupa em estudar a organização do cérebro e quais mecanismos ele utiliza na aquisição do conhecimento, portanto compreender o objeto de estudo da neurociência e da neuropedagogia, ramo da neurociência, é muito importante para o profissional dedicado a estimular o desenvolvimento cognitivo do sujeito. Sousa (2017, p. 322) versa sobre a importância dos avanços dos estudos da neurociência para a aprendizagem, pois visa o entendimento das funções corticais superiores envolvidas nesse processo. As funções mentais superiores: atenção, sensação, memória, emoção, linguagem, percepção, etc. são fundamentais para o processo de aprendizagem não apenas cognitiva, mas participam da construção integral do sujeito, da forma como ele percebe o ambiente ao redor e interage com o meio. E o meio, a interação social, são importantes para a aquisição, socialização do conhecimento e estímulo da aprendizagem.

Professores necessitam mais do que conhecimentos específicos de suas áreas de atuação para promover de fato uma educação equânime, capaz de atender a grande diversidade e subjetividade humana. A formação desse profissional é a base da implementação da inclusão escolar e consequente diminuição das dificuldades de aprendizagem.

COLABORAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA DIFICULDADE EM APRENDER E ENSINAR

Apesar das ações políticas, a prerrogativa de uma educação inclusiva só se concretiza mediante a conscientização da população em geral e principalmente das instituições educacionais. Há necessidade de adaptação curricular, projetos contemplados no Projeto Político Pedagógico da escola, planos de ações envolvendo toda a comunidade escolar voltados para o acolhimento e a convivência empática com a diversidade humana, formação dos agentes envolvidos no processo educacional, entre outros. Sem o engajamento da escola e da sociedade em geral a inclusão não se efetivará.

Os cursos de graduação em licenciatura abordam a questão da inclusão, porém tal abordagem não é suficiente para assegurar uma prática pedagógica essencialmente inclusiva. Tavares (2016, p. 538), versa:

o que se propõe é que os currículos de formação docente contenham, não apenas disciplinas específicas à temática da inclusão, mas também que esta seja abordada de forma transversal em várias outras disciplinas dos cursos de formação. Acredita-se que assim, a inclusão não mais será vista de forma fragmentada e ainda poderá se tornar assunto cada vez mais natural em discussões, em cursos de graduação.

Para além dos cursos de graduação, o tema educação inclusiva deve ser pauta de discussões em reuniões pedagógicas e das ditas “formações”, reuniões entre equipe gestora e professores, que são frequentes nas escolas. Muitas vezes tais reuniões apresentam-se apenas para preencher agendas e justificar a obrigatoriedade da permanência do professor na escola. Esse tempo, elemento tão precioso, poderia ser utilizado para troca de experiência entre os professores, mediados por um especialista no assunto dificuldades de aprendizagem, como um psicopedagogo, ou pedagogos e psicólogos especialistas em psicopedagogia. Essa é uma das mais frequentes solicitações de professores verificadas em entrevistas nas revisões bibliográficas utilizadas para a elaboração deste artigo. A legislação garante ao estudante com necessidades educacionais especiais o direito à educação, mas a maioria das escolas públicas e privadas não oferecem profissionais com formação específica em educação especial ou psicopedagogia.

Supervisores escolares, em sua formação, são orientados a auxiliar professores no que se refere ao desenvolvimento de metodologias e atividades diversificadas que facilitem a aprendizagem, mas na maioria dos casos o que há é a cobrança de um parceiro que se coloca hierarquicamente superior, julgando e

apontando falhas. O professor, já angustiado e sobrecarregado recebe mais um estímulo negativo que certamente influenciará em sua prática pedagógica.

Supervisores, orientadores e psicólogos escolares constituem uma rica equipe de profissionais que poderia auxiliar muito, no exercício de suas atribuições, ofertando estudos e informações sobre dificuldades de aprendizagem, organizando cursos, mesas redondas, seminários com especialistas e outras atividades que colaborariam com a formação continuada tão necessária e almejada pelos professores comprometidos com a educação.

Sabe-se que os cursos de graduação em pedagogia também não formam profissionais especialistas nesse assunto e não se quer aqui cobrar uma atuação de profissionais especialistas, embora devesse existir em todas as escolas. O que se pretende é despertar uma reflexão para a realidade em que se encontra a educação inclusiva e como a escola e seus profissionais podem colaborar com o professor a fim de tornar legítimo esse direito. Apela-se, portanto, para a empatia e a afetividade de cada agente do processo ensino-aprendizagem. A vontade política assegura o direito, mas a vontade da instituição escolar e seus agentes é capaz de garantir esse direito e transformar a realidade.

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA O DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

É tão importante a percepção do professor sobre o estudante e seu comportamento diante do processo de aprendizagem que para um diagnóstico psicopedagógico eficaz orienta-se a visita à escola e a conversa com o professor. Sousa (2017, p. 326) ressalta a importância do professor no processo de diagnóstico quando diz:

É importante compreender que a dificuldade de aprender não é uma situação isolada e que diversas vezes apresenta a necessidade de uma avaliação diagnóstica de especialistas para o tratamento das desordens do aprender. É imprescindível entender que tal processo é sinalizado e, por isso, torna-se indispensável o conhecimento do educador com o objetivo de discernir os sinais que constantemente são manifestados em sala de aula.

Os sinais que normalmente são observados pelo professor, em sua visão, são manifestações resultantes de fatores endógenos ou exógenos do aprendente conforme discorrido até aqui, mas nem sempre a causa está no estudante.

A importância do professor acerca das dificuldades de aprendizagem não se restringe apenas em suas informações sobre o comportamento e atitudes do estudante. Sua prática pedagógica, sua metodologia, a afetividade que tempera a relação aluno-professor e outros fatores importantes podem também comprometer a aprendizagem e podem ser revelados em entrevistas. Cassemiro (2018, p. 10) em sua pesquisa, aborda sobre a atuação do psicopedagogo no processo de investigação e avaliação da aprendizagem na instituição escolar e salienta que:

Quando a avaliação é feita dentro do ambiente escolar, além do aprendente com dificuldades, o professor também passa pelo olhar do profissional de psicopedagogia, já que ele é quem lida diariamente com a rotina de aprendizagem do aluno e tem suas práticas educativas investigadas, pois o psicopedagogo precisa verificar se as práticas estão adequadas a faixa etária do aluno, se o material didático está adequado ou precisa passar por algumas modificações. É o professor o responsável por dar informações sobre a existência ou não da interação do aluno com os demais em sala de aula.

O professor, não é o único, mas tem muita responsabilidade no desenvolvimento das potencialidades dos alunos e, uma prática ineficiente, metodologias inadequadas ou uma relação afetiva desfavorável podem comprometer o aprendizado. Muitas vezes o profissional não percebe que a forma como conteúdo é ensinado não é acessível a todos, embora possa se empenhar muito na tentativa de se fazer compreender, não consegue atingir a todos e não enxerga que o problema está na metodologia. Não considera a subjetividade, a heterogeneidade da turma. A ajuda de um profissional habilitado e que tenha um olhar mais alongado sobre a estreita relação professor-aluno, que saiba fazer uma leitura das práticas pedagógicas do professor e da forma como o aluno com dificuldades aprende, poderia resultar na adequação metodológica, amenizar as angústias e contribuir para o sucesso do processo.

Outra questão importante é a boa relação do estudante com a escola, colegas e professores principalmente. Destaca-se aqui a variável afetividade, que contribui muito para a formação do ser humano. A relação afetiva que tem início no ambiente familiar durante os anos iniciais da formação da personalidade e desenvolvimento integral do sujeito, deve continuar na escola. Laços de afeto constituem importante fator de estímulo para a criança no ambiente escolar. O carinho, a atenção, e o acolhimento do professor são essenciais para iniciar uma relação com o novo grupo social, a escola. Sabe-se que nas relações sociais se aprende, socializa conhecimento, desenvolve as funções mentais superiores, o potencial cognitivo e o

ser integral. O aprendizado pode ser comprometido sem uma boa relação afetiva, pois o vínculo com a escola não se estabelecerá. Profissionais como psicólogos e psicopedagogos são habilitados para identificar se as causas das dificuldades estão relacionadas às questões resultantes de desafeto e falta de vínculo com a escola. Essa hipótese pode ser confirmada através da entrevista com o professor.

Não há como desconsiderar a importância do professor diante da problemática das dificuldades de aprendizagem. Seja na identificação de fatores oriundos do estudante, seja na observação e mudanças na sua prática pedagógica, o docente tem um papel de destaque e de grande possibilidade de transformar a realidade opressora de muitos estudantes e tornar a escola um ambiente acolhedor, humanizador e inclusivo, um ambiente que trabalha no construto do ser integral, capaz de desenvolver potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É desafiador o processo de inclusão escolar, pois este perpassa pela valorização do sujeito considerando as diversidades e subjetividades humanas. Quando se fala em valorização inclui-se também o profissional da educação. Professores, equipe gestora e todo profissional que no ambiente escolar trabalha em prol do desenvolvimento cognitivo, social, cultural e psicoemocional do estudante é um educador, participa da formação integral do ser e serve à sociedade, por isso merece ser valorizado. Ressalta-se nesse artigo a figura do professor por ser aquele que, por suas atribuições profissionais, conhece as necessidades e potencialidades do estudante, sendo, portanto, muito importante para o processo de inclusão. O termo inclusão citado nesse trabalho refere-se a todo aprendente que durante a trajetória escolar defronta com algum fator que obstaculiza o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A implementação de uma educação inclusiva só se efetivará plenamente diante da transformação social e cultural e, a escola é um agente transformador. Professores influenciam, transformam, constroem valores. Pessoas com tais possibilidades precisam de qualificação. A formação continuada voltada para a problemática das dificuldades de aprendizagem é um clamor unânime dentre os professores comprometidos com a profissão e com a valorização do ser humano.

A legislação dá a todos os brasileiros o direito de uma educação de qualidade com igualdade. Para além da igualdade, o que a escola deve proporcionar para garantir tal prerrogativa é a equidade. Isso pressupõe considerar as diversidades e a subjetividade dos educandos. Melhorar as condições de trabalho dos professores, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento em sua área de conhecimento, turmas menores, mais tempo para preparar aulas e atender às necessidades individuais de seus alunos são necessidades básicas e pleiteadas por todos. Mas para que a educação inclusiva se caracterize e as dificuldades de aprendizagem sejam diagnosticadas e resultem numa intervenção psicopedagógica eficiente, há necessidade de ofertar ao professor cursos de formação voltados para o entendimento dos fatores que comprometem a aprendizagem, noções de como identificar e diferenciar dificuldades de transtornos de aprendizagem e fundamentalmente como trabalhar de forma específica em tais situações.

A importância do professor para o diagnóstico e intervenção psicopedagógica vai além dos muros das escolas. As dificuldades de aprendizagem podem ter como causas transtornos ou distúrbios que acompanharão o sujeito durante toda sua vida comprometendo também sua autoestima, vida social, profissional e psicoemocional. Trata-se, portanto, de um problema social e de saúde pública. Alguns desses problemas poderiam ser resolvidos na idade escolar, caso o professor tivesse um conhecimento suficiente para detectá-los e encaminhar o estudante a um profissional especialista para realizar o diagnóstico.

A responsabilidade da implementação de uma escola inclusiva é do governo, com amparo legal, e da sociedade, com respeito ao outro e obediência às leis que asseguram igualmente a todos. Mas as instituições escolares com todo seu contingente, têm o poder transformador e construtor de valores, o que por si só justificaria excelência na formação de seus profissionais. Porém, o que se concluiu nesta revisão bibliográfica é que a inclusão escolar garantida por lei ainda não se revela expressivamente no ambiente escolar, e uma das razões para isso é a falta de conhecimento e a precária formação dos professores acerca dos transtornos e dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nadia; Josiane Rockenback de. Dificuldades de Aprendizagem: Uma Reflexão sobre o Sujeito e a Formação Profissional. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**. v. 1, n. 01, p. 19-30, Jan/Jun, 2014.

CARVALHO, Fabrícia Biognotto; Crenitte, Patrícia Abreu Pinheiro; Ciasca, Sylvia Maria. Distúrbio de aprendizagem na visão do professor. **Rev. Psicopedagógica**. v. 24, n. 75, p. 229-39, 2007.

CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. **A Importância da formação de professores na escola inclusiva: Estudo de caso da Escola Classe nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF**. 2015. 46 f. Monografia (Curso de Especialização) Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Brasília, 2015.

CASSEMIRO, Márcia Regina Rodrigues. **A Importância do psicopedagogo institucional para o trabalho do professor**. 2018. 16 f. Artigo de conclusão de curso (Pós Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Institucional e Clínica) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DIAS, Marian Ávila de Lima; Rosa, Simone Conceição; Andrade, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Universidade Federal de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Educação**. São Paulo - SP, v. 26, n. 3. p. 453-463, Sep-Dec, 2015.

JÚNIOR, Édison de Britto Rangel; LOOS, Helga. Escola e desenvolvimento psicossocial segundo percepções de jovens com TDAH. **Paidéia**. Curitiba, v. 21, n. 50, p. 373-382, set/dez, 2011.

PANTALEÃO, Edson; Sá, Maria das Graças Carvalho Silva de. Perspectivas da formação docente no contexto da inclusão escolar: possibilidades e limites. In: OLIVEIRA, Ivone Martins Oliveira (Org). **Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar**. Vitória: EDUFES. 2017. p. 49-71.

PINHEIRO, Mary Cristina Olímpio; SILVA, Aline Maria da. Contribuições da análise de comportamento para a inclusão escolar: A importância das relações interpessoais. **Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.** v. 5, n. 9, p. 109-119, jan.- jun. 2018

PORTELA, Eunice Nóbrega; Silva, Núbia Gonçalves da. A área de atuação da psicopedagogia no contexto escolar e sua aplicação nas dificuldades de aprendizagem. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. v. II, n. 4, p. 17-24, jan / jun. 2019.

SANTOS, Marcilei da Silva; Gonçalves, Evaneide da Silva; Ponce, Luzia da Silva Gonçalves. A importância do diagnóstico psicopedagógico no processo de ensino e aprendizagem escolar. **Revista Psicologia e Saberes**. v. 8, n. 12, p. 213-223, 2019.

SILVA, Erika Patricia Da. **O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e as habilidades socioemocionais: reflexões sobre o processo de aprendizagem.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69154>>. Acesso em: 11/01/2021.

SILVA, Fiderisa da; Morino, Carlos Richard Ibañez. Contribuições de neurociências à formação de professores: mediando transtornos e dificuldades de aprendizagem. **Caminho da Educação Matemática em Revista (online)**. v. 4, n. 2, p. 44-67, 2015.

SOUSA, Anne Madeliny Oliveira Pereira de; ALVES, Ricardo Rilton Nogueira. A neurociência na formação dos educadores e sua contribuição no processo de aprendizagem. **Rev. Psicopedagogia**. v. 34, n. 105. p. 320-31, 2017.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; Santos, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.